A Educação por Vir *

Sergio Espinosa Proa *

* Sergio Espinosa Proa. A Educação por vir. Para o Autor, a educação está sempre por vir. Dizer como serão e como não deveriam ser as instituições educativas em que nossos filhos ou netos padecerão, embora possível, nada tem de relevante. A educação que procura adaptar as pessoas e lhes fornece ferramentas para defender-se na vida pode ser necessária, mas nem de longe há de ser a mais interessante. O educativo, seguramente, nunca aparece no projeto educativo, não marca presença nas aulas, nos laboratórios, nas bibliotecas. Um contexto só se mostra educativo quando sequer se propõe a sê-lo. A idéia de uma educação sempre por vir é, pois, a de que, ao chegar, ela já terá deixado de ser educativa.

Antes mesmo de prescrever, de esboçar um futuro, de dizer o que deve ser feito, antes mesmo de exortar, ou somente dar o alerta, o pensamento, na raiz de sua existência, de sua forma mais matinal, é em si mesmo uma ação - um ato perigoso.1

A fuga do presente

Indagar pelo futuro da educação, pela educação "no século XXI", é uma dessas tarefas que, confessemos, quase nunca compensa o investimento. Poderíamos escrever— provavelmente alguém, neste exato momento, o esteja fazendo — uma história ou um compêndio das brilhantes profecias que vêm engrossando o já imenso arquivo composto pelas tolices e disparates travestidos de projeção científica.

Não há como fugir a uma constatação preliminar, por amarga que pareça: o futuro não existe — a não ser na imaginação de certos primatas que, se alguma coisa têm de diferente em relação ao resto da natureza, é precisamente o fato de não se conformarem em não tê-lo. Junto com tal evidência, porém, é preciso levarmos em conta uma outra coisa, ainda mais amarga, se é que é possível: no fundo, toda cultura é uma negação do presente em nome daquilo que — por enquanto, como diriam, fazendo coro, o sonhador e o "homem de ação" — não existe.

Suprimir, comprimir ou reprimir o imediato, guardá-lo para depois, pô-lo a trabalhar para que continue havendo tempo: é isso a cultura, é isso o espírito. Perder o que está ganho, ganhar o que está perdido. Pois, se perguntamos pelo futuro, é também porque o presente se tornou inabitável, é porque não sabemos o que fazer com ele, porque o presente é excessivo, porque não podemos pensá-lo, porque a rigor, e como logo veremos, ele nem seguer "é".

Sem dúvida que é mais fácil (e menos comprometedor) adivinhar como serão as coisas do que dizer como são e como poderiam ser agora — e de que modo elas estão deixando de ser o que são.

Não sabemos, nem podemos, pensar o presente. Mas convém acrescentar logo que inúmeras estratégias nessa linha foram testadas para não ficarmos sem fazer alguma coisa de útil a respeito. Uma delas parte da idéia de que o presente só se explica pelo passado. Tudo o que é tem uma razão, ou melhor: uma causa. Os problemas se herdam, as coisas são sempre resultado e efeito de coisas ou estados de coisa que as antecederam. Pensar o presente equivale a saber como ele veio a ser o que é (agora). O presente nada mais é do que o que resta do passado.

Uma outra estratégia, contrária, é a que parte do futuro: o presente se explica pelo ponto ao qual tende, pelo que (necessariamente) será, pelo horizonte para o qual aponta. São os fins que

ordenam, desde sua inexistência, o que (agora) há. O presente existe em virtude do Projeto, as coisas precisam submeter-se ao Plano, independentemente de que tal Plano seja divino ou seja humano.

Quer dizer: ou somos o que a história fez de nós (conosco), ou somos aquilo a que nos propusemos chegar a ser - é assim que se apresenta, em termos bem gerais, a alternativa. Mas, num ou noutro caso, aquilo que (agora) somos continua não sendo — propriamente — pensado. Do futuro há imagens (cenários, como preferem os entendidos), e do passado há restos, ruínas, folhas mortas, inércias. Como se costuma dizer, o passado pesa. Se pesa, entretanto, é porque as forças que o conduziram até o presente já não estão operando agora, ou não operam mais do mesmo modo e com a mesma intensidade. Aquela força passou. O presente é a única coisa que (efetivamente) há; mas... podemos sabê-lo? Podemos (efetivamente) fazer algo com ele? Podemos discernir as forças que o constituem — e o dissolvem, ao mesmo tempo?

O presente, o instante, é (o) impensável. Ou, para usar um tom menos dramático: a única coisa que se pode fazer é pensar a fuga do presente, a perda do tempo. Pensar é essa perda.

A autoridade do projeto

Não existe um presente, não

— um presente não existe

Stephane Mallarmé

Reunimo-nos neste presente, e neste espaço, para considerar algumas perguntas básicas: Como há de ser a educação? Como serão as instituições educacionais do futuro? Como poderão ter futuro os dispositivos educacionais? O poder ser, neste caso, confunde-se irremediavelmente com o dever ser: o presente se manifesta e deixa-se discernir por aquilo que não é, ele se mede com a régua do que teria que chegar a ser ou evitar de todas as maneiras ser.

Claro que são perguntas interessantes; verdadeiramente inquietante, porém, é perguntar, previamente a qualquer profecia e a qualquer prognóstico, antes mesmo de misturar o dever com o poder ser, de que modo imaginamos o poder sabê-lo? Como saberíamos, agora, o que será dentro de cinco, dez, cinqüenta, cem anos? Como podemos nos acreditar capazes de sabê-lo? É possível ver o que não é? Sabemos o que existe agora? Como nossas expectativas de futuro se entrelaçam com o que imaginamos tratar-se agora de um "fato"?

De imediato virá a resposta: sim, sabemos que a educação é assim ou assado, tem tais e quais problemas e tenta resolvê-los desta ou daquela forma, que enfrenta tal ou qual desafio, que não poderá seguir por determinados caminhos etc.. Estamos equipados com métodos modernos, dispomos de diagnósticos, contamos com muita gente pesquisando, promovemos congressos, temos experiência, é o que se diz. Podemos prever, por exemplo, que em dez anos a demanda por educação duplicará ou triplicará, que as necessidades de financiamento dispararão, exigindo novos esquemas, que se verificará uma reacomodação radical da matrícula em virtude da chamada globalização, que disciplinas desaparecerão ou serão substituídas por novas tecnologias, que a revolução da informática virtual varrerá as velhas estruturas etc. etc..

Não há dúvida de que é possível — e proveitoso — projetar tendências e esperar, pacientemente, que se cumpram ou se aprofundem determinadas transformações. Mas isso é possível justamente porque o futuro já está entre nós. Ao enorme peso do passado soma-se o peso do projeto, a densidade do futuro, as compulsões do plano, a discreta violência do prognóstico. O futuro também deixa marcas e cicatrizes no presente.

Como pode causar efeitos algo que, em princípio (tal como nos ensina o senso comum), não existe? Digamos que o futuro deixa marcas no presente exatamente da mesma forma que o sobrenatural superpõe-se ao natural e o determina. Os fantasmas não existem, mas são eles que

mandam de verdade: o espírito, sem ser uma "coisa", é a sujeição à lei. Precisamos, portanto, admitir que o futuro não existe da mesma maneira que existe o passado. Mas o presente, se alguma coisa se pode saber ou dizer a seu respeito, é que é a colisão, o encontro violento, fulgurante, incontrolável desses dois modos — simétricos? — de não-existir (mais). E ainda assim poderíamos continuar perguntando: Será isso a educação? Só isso? O que tem a ver conosco? Como se articula com o que vem?

Ninguém pode ter certeza de que a educação, tal como hoje julgamos conhecê-la, continuará sendo como é; porém, tampouco pode assegurar que não o será. "Um lance de dados nunca eliminará o acaso", dizia o poeta. Aqui, no entanto, não se trata apenas da contingência a que todo e qualquer propósito se acha exposto. Não é que os planos e os projetos sejam mais ou menos impotentes ante o acaso e a indeterminação do acontecer. Não, o problema é que são esses mesmos planos que geram turbulências imprevisíveis e suscitam efeitos jamais previstos.

A previsão altera o presente, modifica inclusive o que já foi. O que a educação é (agora) representa um efeito lógico — e ao mesmo tempo perverso — da comunhão entre o passado e o futuro: é o produto de uma vontade — histórica — de submeter as contingências à autoridade do projeto. É o resultado de uma antiquíssima vontade de lei — a vontade de transformar o tempo numa dimensão manipulável. É a vontade de futuro que vem do passado ao nosso encontro. Mas foi essa mesma vontade de lei, essa exigência de ajustar o tempo aos ritmos do projeto, de transformar o presente num servidor do futuro, de esquecer a fuga do instante — e o que nisso há de imprescritível, generoso e insensato — o que fez do presente um lugar inabitável. Um lugar de onde, temos que admitir, sequer é possível imaginar outro futuro.

O tempo do projeto

Ora adivinhando,

ora recordando,

no futuro, no passado,

sob uma falsa

aparência de presente.

Stephane Mallarmé

A partir do presente. Não pensar o presente, mas pensar a partir da sua impossibilidade. O grande problema, do que se pode entrever agora, é o seguinte: não é possível subjugar o tempo. O que podemos, isso sim, é confiar nele. Acreditar que é possível submeter o tempo — sua fuga infinita, seu irreversível (de)cair — ao projeto, ao tempo do projeto. Não é o tempo; nós é que somos os subjugados. Subjugados por um tempo que não é "nosso": tempo quantitativo, abstrato, separado, expropriado às coisas desta terra. Não o tempo de vida, mas o tempo devido, o presente que deve se fundir à sua própria concha para que o futuro continue a emitir suas ordens.

Mas é preciso parar, se é que isso é exeqüível, um (outro) instante. Dizer "temos tempo" é tão impossível (ou tão absurdo) quanto dizer "temos linguagem", "temos técnica", "temos vontade", "temos um corpo". O tempo não se tem — nem, como parece ser o caso, se detém. O tempo dá, ou não dá, lugar. Estar no tempo, ser tempo não é o mesmo que dispor dele. O mesmo se poderia dizer da linguagem, e da técnica: ser animais que falam, ser animais que criam e usam ferramentas não é a mesma coisa que ser donos da linguagem e da técnica. Ter um corpo não é dispor dele como se fosse um móvel ou um instrumento. Nem o tempo, nem os corpos, nem a técnica, nem a linguagem: nada disso é um objeto, jamais estará meramente à mão.

Vejamos agora o seguinte: nós nos consideramos donos e senhores do tempo, da linguagem, da técnica, do corpo; isso é, exatamente, o que é mais característico, o mais próprio da nossa religião — a religião dos tempos modernos, a religião do Homem, a religião da Vontade. Nós nos

acreditamos, em suma, herdeiros de um poder justo, onímodo e sem fissuras; nos imaginamos beneficiários de um infinito testamento. Os filhos (favoritos) do Senhor.

Evidentemente não o somos. Mas as evidências são algo muito relativo para as pulgas desta religião. É evidente, por exemplo, que se trata de uma religião: é, antes de mais nada, um sistema de crenças — e de aparências: uma ordem de visibilidade e de legibilidade — que confere razão e sentido à atividade dos homens. Porém, convém notarmos, uma religião que tem a peculiaridade de se ver como o contrário da religião. As disjuntivas multiplicam-se a partir desta curiosa inversão: Religião ou técnica? Mística ou política? Mitologia ou ciência? Superstição ou razão? Menoridade ou maioridade? Suspeitemos logo do valor ou da profundidade dessas oposições, e admitamos que poderíamos perfeitamente estar diante de um conjunto de conversões ou de transfusões. Em outras palavras: a religião é a técnica, a mística é a política, a mitologia é a ciência, a superstição é a razão, a menoridade é a maioridade.

O tempo da modernidade é o tempo do progresso, ou seja, o tempo em que os opostos viram o mesmo. Tempo de projeto, colonização do futuro, redução de tudo o que é externo a um sistema de objetos, enquadramento da natureza, conquista e administração da terra. Tempo homogêneo, contido e uniforme, tempo projetado, tempo segregado pelo projeto. A realidade do futuro dissolve a insensata proliferação do presente, dessa conjunção de tempos que é o presente.

O tempo do projeto não tem outro propósito que não o de tamponar esse abismo e manobrar no centro dessa vertigem.

Evidências secretas, naturalmente. De qualquer forma, há uma certa lógica nessa cegueira. Afinal, o cristianismo, o cristianismo "histórico", não é (apenas) uma religião, mas é, ou foi, principal e essencialmente, uma política. Isto é: uma religião, certamente, mas uma religião toda especial, a religião da técnica. Uma religião esquecida de tudo o que o homem não possa submeter ao seu projeto— edificada contra a irrupção do outro do projeto. Um sistema de crenças articulado pela vontade de subjugar tudo o que extrapole — ou fique sob —o projeto.

Que projeto, que futuro se está fabricando? De que estamos falando? Dito na mais elementar das articulações, trata-se de submeter a particularidade (selvagem) ao esquema universal da espécie (humana), a natureza —o corpo, a terra, o imediato — aos requerimentos do espírito. E o que é o espírito senão o sonho, a ilusão de alcançar uma trans-parência comunicativa sem resíduo que nos faça sentir (ou ao menos supor) senhores de tudo aquilo que nos sustenta e do qual emergimos — para retornar irremediavelmente?

É justamente aí, nessa fratura e nessa flexão, que a educação talvez pudesse começar - muito tímida, muito preliminarmente - a poder ser pensada.

A hora atual

Mudam os governos:

a prosódia sempre permanece intacta.

Stephane Mallarmé

Vimos que falar do futuro é uma ocupação bastante problemática. O futuro não existe; porém, seu modo espectral de não-existir permite que se estabeleçam coordenadas que conformam e deformam o presente. Por isso, a maneira de ser do presente consiste numa torção e numa distorção do peso combinado de futuro e passado.

O tempo do projeto, o porvir que se vê vir é o tempo prometéico da vontade. É um tempo prémeditado, que reitera o passado e faz do futuro uma maquette, um simulacro, um modelo: um objeto pré-fabricado. A rigor, um não-tempo, que se impõe do exterior à multiplicidade de tempos concretos que dão o ritmo e suas variações à vida da terra — e também à do pensamento. Um tempo prévisível, obstinado, tempo da ciência e da técnica: "imperturbável, linear, superficial,

externo, extenso. Seu destino não poderia ser outro que não a morte permanente: tempo encadeado, tempo de condenação".2

A questão se torna, então, mais simples e mais complexa ao mesmo tempo. Já não se trata de definir ou calcular, simplesmente, as novas disciplinas e as novas formas de acesso e credenciamento aos novos saberes. Não se trata de prever o que tem de acontecer — e de preparar-se para isso. Essa previsão é iniludível porque, é preciso reconhecer, esse futuro já está configurando, e distorcendo, o nosso próprio presente. Trata-se, na verdade, de saber se no futuro — num outro futuro, inaugurado por uma emergência desse outro tempo emblematizado não por Prometeu, mas por seu imprevisível irmão Epimeteu — as capacidades, e as virtualidades, do homem poderão continuar na dependência de dispositivos educacionais construídos nos moldes da nossa religião — sempre a serviço do projeto, o presente sempre submetido às exigências do futuro — ou se elas encontrarão novos canais e espaços para se fazerem presentes, ou melhor, para abrir espaço ao presente — e mostrar seu jogo.

No mais, falar tão genericamente de educação é outro contra-senso, ou melhor, leva a outra classe de aporias. A educação não é somente aquilo que se passa nas cátedras, nos laboratórios, nas bibliotecas, nas salas de aula. A educação tem a ver não só com grades curriculares, planos de estudo, objetivos terminais, estudos de viabilidade e programações acadêmicas — verdade acaciana, mas raramente assumida nas dimensões e na abrangência de todas as suas conseqüências. Talvez o futuro da educação (se a expressão ainda faz algum sentido...) seja o desaparecimento da educação enquanto sistema único de administração, inoculação e legitimação de saberes. Talvez a educação por vir se constitua num tema relevante na medida em que nunca será, nunca estará, como tal, "de corpo presente".

Conviria, agora, delinearmos alguns esboços daquilo que poderia ser "o presente", a hora atual.3 Em sua especificidade, a época que se abre na modernidade "tardia", neste presente que nunca termina de mostrar (toda) a cara, é a da fungibilidade do ser; as coisas desaparecem sob suas funções, a realidade recua por debaixo da utilidade. A natureza, reduzida ao seu estatuto de fundo de provisão, foi convertida simplesmente em "recurso natural". Como contrapartida, esta disponibilidade generalizada sustenta-se - aprofundando-a e universalizando-a - numa fragmentação do saber, numa espécie de esoterização múltipla dos saberes (científicos).

A tal respeito, a interdisciplinaridade revelou-se ineficaz diante da descomunal proliferação das linguagens técnicas. Compreende-se, assim, que a fungibilidade seja a face radiosa de um projeto cuja face oculta, sempre nas sombras, é a perda de coordenabilidade global do sentido: a utilidade do que existe é um princípio que substitui — sem extingui-la — a necessidade existencial de uma regulação simbólica. É o fato de que tudo acaba se convertendo em meio que coloca em primeiro plano o problema do fim. Do fim último. Enquanto o Ocidente experimenta a fragmentação do saber e a especialização das linguagens técnicas, a exigência de uma concepção unitária do ser mostra-se cada vez mais peremptória.4

Por essa razão, já não se trata mais de escapar de um temporal, mas de naufragar corretamente na época.5 Uma época em que tudo é relativo — exceto a neutralização do valor. Em que tudo é negociável e intercambiável — exceto o controle do negociável e do intercambiável. Em que tudo é equivalente, indiferente — exceto a necessidade de uma equivalência universal. No niilismo realizado, a resposta às questões mais pertinentes não será dada nem por juristas nem por filósofos, mas pelos acontecimentos.

O que é uma forma de reconhecermos o fim de Prometeu — do sonho prometéico de submeter a natureza ao domínio técnico do homem e de utilizar tal domínio para assegurar o progresso da humanidade, e cuja consumação extrema foi a ilusão marxista de uma sociedade sem estado e sem guerras — e o iminente advento de uma época marcada pelo signo de Epimeteu: "Epimeteu é a figura que melhor define a consciência atual sobre os limites insuperáveis da política e que melhor pode levar a cabo em campo aberto a exploração, imposta pela falta de fundamentos apodícticos e de certezas absolutas".6 Por trás do sacrilégio absoluto que representa a hybris desses frágeis mortais por quem Prometeu permanece em (eterno) sacrifício, por entre as ruínas de um "cosmos político ptolomaico", surgem as facções de um universo que se entrega a um olhar

paciente e humilde capaz de devolver ao deus a arrebatada administração da justiça.7

Que porvir se reserva à educação nesse cosmos regido por Epimeteu, cuja temporalidade já não pertence ao projeto, mas sim à natureza: um tempo apaixonado, caótico, denso, interno, múltiplo, intenso?

Enganar o destino

Trabalhamos nas trevas

- fazemos o que podemos - damos o que temos. Nossa dúvida é nossa paixão e nossa paixão,

nossa tarefa. O mais é

a loucura da arte.

Henry James,

A Outra volta do parafuso.

A idéia de naufrágio é constitutiva do Ocidente, admitindo-se que este tende a se autoconceber como desgalhamento do maternal "ventre asiático", regido "pelo improdutivo e pela sedução".8 O signo principal desta derivação é a catástrofe, a fusão, o esfumaçamento dos contornos: o naufrágio. Pois Ocidente e modernidade coincidem talvez menos com a conquista de um espaço físico do que com a colonização do tempo. A história configura-se como locus de toda hierofania, na qual as figuras-chave — os mitos fundadores, ou "meta-relatos", na expressão ligeiramente mais neutra de Lyotard — são a revolução e o progresso.

A colonização da dimensão temporal implica, no mínimo, uma dupla redução: o Mundo torna-se Imagem, no mesmo movimento através do qual o Homem torna-se Sujeito.9 A tese da secularização reconhece, aí, o cumprimento de uma operação praticada pela e na tradição cristã, que funda no "diálogo interior subjacente"10 a relação com a alteridade (social, natural). Se é verdade que a colonização do tempo se acha "bloqueada" na concepção grega (aristotélica) do cosmos, esta possibilidade ressurge, na concepção judaico-cristã, com a própria noção de irreversibilidade temporal. O tempo é o lugar de uma viagem sem volta — e tanto faz que prossiga até a plenitude (como na modernidade "emergente"), ou que se precipite na entropia, como na "hipermodernidade".11

Resumindo: o que se expressa na imagem do naufrágio é a necessidade de sair do impasse gerado pela alternativa entre uma perspectiva fatalista e uma esperança epifânica de solução dos tempos (modernos). O "respiradouro" pode estar numa hermenêutica do excesso — que, sem dúvida, se poderia desdobrar numa hermenêutica do resíduo —, que concebesse o ser humano "não como sede da transparência, mas como resíduo que escapa às leis do projeto e propõe a questão radical da libertação".12

A questão que já não se pode mais ocultar é a seguinte: a modernidade é um projeto — entre outros —, ou designa a época que se define, justamente, pela tendência a se projetar para fora de si mesma, isto é, por subordinar o tempo às exigências e exclusões do próprio projetar? Certamente que o projeto é tema da razão, e por isso a modernidade foi considerada essencialmente como o projeto de desenvolvimento da autonomia da razão. Uma autonomia concebida, por sua vez, como dissolução do sagrado: desmitização, secularização, desencantamento do mundo. A autonomia da razão determina uma fratura e exige um programa global: combater — ou pôr ao seu serviço — aquilo que ela não é, abandonar a caverna, substituir a matéria/mãe pela paternidade (formal) da Lei.

Autonomia da razão é, na realidade, uma fórmula que enuncia um propósito exemplar, a saber: liberar o homem de sua incapacidade culpável.13 Dessacralização e desencantamento revelaram-

se, para a modernidade ilustrada, processos carregados de valores positivos: uma e outro remetem a modalidades carenciais da autoconsciência. São infantilismos, menoridade — injustificada —, maneiras de aferrar-se ao particular. Segundo esta lógica, ninguém tem direito de não ser moderno, ninguém tem direito de não progredir: permanecer na infância é, mais que um defeito, um atentado à essência do humano.

Entender a modernidade pelo que ela acredita querer significa assumi-la integralmente em seu caráter de projeto, que consiste em fundar uma comunidade na razão, não nas paixões ou no instinto; guiada pela liberdade — não pela dominação nem pela vassalagem — e pelo reconhecimento da "igual dignidade de todas as pessoas",14 não pela fixação ou consagração de hierarquias.

A nobreza — presumida — do projeto contrasta, inegavelmente, com sua mise-en-place. Pois fica claro que nem a razão é onipotente, nem sua universalização está livre de suscitar uma infinidade de reações e efeitos perversos. Mitos que simplesmente mudam de pele, deuses que retornam envoltos em formas impessoais, subjugação de tudo que a razão (ainda) não identifica, daquilo que não se pode assimilar. Mas, para alguns, não por culpa da razão e seu projeto. Em certo sentido, a aposta na razão termina empatada: uma das mais inquietantes — e indisfarçáveis — lições da dialética do Iluminismo é que a razão não liberta. Pelo menos não o faz se a razão lança âncoras no horizonte do entendimento, distinção que se deve à poderosa especulação dialética de Hegel e que a (primeira) Escola de Frankfurt desenvolverá com imaginosa perseverança.15

Em poucas palavras, e de acordo com tal diagnóstico, a modernidade não pode se estabilizar confiando exclusivamente no poder da chamada razão instrumental. Enquanto as modalidades não instrumentais16 da razão não corrigirem os excessos da técnica, a modernidade permanecerá inconclusa — e descumprida — Abandoná-la como projeto equivale, segundo os que se autoproclamam seus (fidelíssimos) herdeiros, a deixar a tecnocracia de mãos livres.1

E assim o Homem nunca poderá chegar a ser dono de seu destino.18

Trata-se, contudo, na realidade, de um projeto cuja essência (ao menos desde Nietzsche) possui um nome próprio: Niilismo.

Aqui só podemos abordar superficial e tangencialmente o problema. Bastará remetermo-nos ao sistema especulativo que eleva a conceito os processos que tentamos compreender. Em Hegel, mais especificamente na famosa dialética do Senhor e do Escravo, incluída na Fenomenologia do Espírito, a morte é reconhecida e, por fim, absorvida pelo desejo de viver. Em outras palavras: a morte é posta a trabalhar pela autoconsciência, esta mesma um produto daquela negatividade atuante e progressiva. Um reconhecimento da potência da morte — cujo preço é sua conversão em material doméstico, que se desativa enquanto problema. Filosofia da morte, a de Hegel será também, cristãmente, filosofia da morte da morte.19

A auto-afirmação do homem, a vontade de auto-humanização, a liberdade humana passam assim, necessária e indefectivelmente, por uma exclusão da morte, porquanto ela remete a um fundo não só irrepresentável, impensável, como abissalmente inumano. A forma por excelência de rechaçar o Outro. Com isso, o niilismo, a dialética e o humanismo revelam seu (obscuro) pertencimento ao horizonte insuperável da técnica: "conjuntamente a mais exaustiva obra de apropriação da própria essência e a mais decidida definição da essência humana como obra".20

A substituição do sagrado

Assim, portanto, é a luz o que nos impede de ver,

é o poder de dar sentido o que nos entrega

à ação despercebida daquilo que se dissimula

por trás do sentido e atua graças

a tal dissimulação.

Maurice Blanchot

Encontramo-nos nos estertores da idade da crítica — uma idade que, por diversos motivos, e em todos os sentidos, foi "crítica". Por isso talvez seja mais adequado falar de cumprimento, de consumação, ao invés de linha divisória, ou de divisor de águas entre o antigo e o moderno, ou entre o moderno e o pós-moderno; ao amadurecer, os tempos (se) abrandam. Não parece mais possível continuar acreditando em uma perversão de ideais: estamos assistindo à sua realização, espetacular e polimórfica. As promessas não esperam o dia de florescer: já estão todas consumadas quando se quebram suas cascas de incubadora.

Os predecessores recuam ante seus legítimos rebentos, sem querer reconhecê-los. Completado o trâmite das provas da existência de Deus, chegamos à existência (divina) da prova; dominando o espaço total da representação, a metafísica arregala os olhos ao compreenderse a si mesma em sua quintessência: empáfia, exacerbação, extrema-unção da técnica. Caber-lhe-ia destino diverso ao daquela seita de peregrinos que se tornou a Igreja Universal? O cristianismo também dá a sensação de retroceder, espantado ante a visão de seu mondongo — o qual, claro, é incapaz de reconhecer como legitimamente seu. Em suma: nem a metafísica é traída pela tecnocracia, nem o cristianismo o é pela anomia. Ambas são suas formas privilegiadas de alcançar terra.

Pensar o (próprio) tempo equivaleria a outra coisa que não declará-lo defunto, cumprido, encerrado, perfeito? O que ameaça o espírito não vem de fora, de seu outro — porque, ao contrário, a conversão de tudo o que é de fora em espírito é precisamente o que mina, de dentro, cada uma de suas trabalhosas conquistas. Com Hegel é preciso ver esta gesta heróica, essa façanha da liberdade (conforme a expressão de B. Croce) — mas, contra ele, é preciso continuar vendo-a como aquilo que também é: um gesto, um aceno, um exorcismo contra o tempo — a fuga do presente — a fim de que o espírito não se faça de rogado.

Ambição desmedida do conceito, ou consumação — e consumo — de sua promessa? De Hegel é preciso recolher, ainda, os atestados de óbito: em primeiro lugar, da arte, coração do mundo antigo, e da religião (cristã), limite interior do mundo moderno – por mais que o Reino postergue, dia após dia, sua instauração ecumênica a reboque da ratio, por mais que, por trás da consumação, seja difícil vislumbrar alguma ressurreição.

O Ocidente moderno seria esta (con)seqüência, esta queda, esta cadência, este ocaso que opera e se assanha no indisponível, no antes de qualquer diferença, matriz obscura e palpitante que aloja o tempo sem confundir-se com ele, levando-o primeiro à luz, ao campanário dos céus — ou seja, divinizando-o —, contrapondo-o em seguida ao humilde, ao tenebroso, ao terreno — isto é: ao vaporoso solo dos humanos.

Sagrado, digamos assim, é o termo que remete àquilo que não há, fundo sem contornos, dobra de onde tudo se desdobra, generosidade que se subtrai, caos que vira cosmos, ocultação que é a base para todas as aparições: pegada do unum ineffabile na multiplicidade das coisas, vestígio do que está sempre a fugir, escorrendo por entre os nossos dedos: a presença, o presente, o aroma do imediato, a sensibilidade pura, o deserto.

O futuro do projeto nada mais é do que a urbanização da intempérie: o sujeito é o limite rebelado — graças à revelação — contra todo e qualquer limite. O Espírito (absoluto) — o mesmo que preside o eficaz operar das ciências e das técnicas — não tem à sua frente nada que não remeta a si próprio. Abolição do sagrado que equivale à eliminação do hiatus que quebra a continuidade entre o céu e a terra — e, também, entre a vida e a morte. Eliminação que possibilita a homogeneização do campo de intervenções — isto é: que submete o todo à vontade de uma de suas partes. Neutralização do fora, parcelização do exterior: o sagrado respira nos poros do mundo — mas..., o que é o mundo senão uma superfície brunida, tostada pelo sol do Espírito (Santo)? A natureza, casca à disposição da cultura. O sagrado, útero ressequido do Deus que é Lei e é Consciência.

A edificação e a expansão do Ocidente torna-se viável neste processo de deslocamento ou substituição do sagrado pelo santo, do caos pela Lei, do turvo e inefável pela claridade da representação coletiva: do acaso pelo plano. Deslocado, nunca de fato vencido ou erradicado: assim o recalcado retorna sob formas transgressivas, fantasmáticas, imediatamente pulsionais. O sonho de nos libertarmos do sagrado transforma-se finalmente em pesadelo.

Na época da ciência e da técnica, o resplendor do mistério impõe sua auréola (outra vez) ao mundo: toda magia já era técnica, toda redenção será obra da técnica. Até mesmo a transgressão é codificada — e impelida — pela técnica. A modernidade é a magia revelada enquanto potência técnica, e nesse sentido cumpre um programa inscrito na vontade monoteísta de reduzir o mundo a um estatuto de mera fungibilidade. A estratégia da alma21 oferece seus frutos mais suculentos, mais próprios, na maquinização absoluta do ente.

Metafísica, cristianismo, direito romano: numa palavra, técnica.

Ao cabo desta trajetória — pelo ocaso da terra do ocaso —, a imagem do Apocalipse, o Apocalipse da imagem. Obscenidade, narcose, simulacro - sucedâneos da burocracia e da ideologia. Uma regressão programada. Nada a salvo de ser visto, convertido em tema de conversação — reciclado para que a Megamáquina tecnopolítica siga vivendo da morte — em sacrifício — de suas engrenagens. Nem o cálculo das paixões, nem sua gestão pública conseguiu outra coisa que não rebaixá-las à mera animalidade. O demoníaco retorna, tentação de um mundo que trocou a (paixão pela) liberdade pela (ficção da) segurança e controle.

Perante esta realidade, perante tal "presente", haveria algo capaz de — ou uma maneira de — manter-se resguardado, indigerível, heterogêneo, inassimilável, que não fosse o residual, o caduco e o ruinoso? Seria também o caso do excessivo? Que "temível transformação" incuba-se em todo presente?

A educação que vem

Pouco a pouco fui vendo claramente qual é o defeito mais geral do nosso tipo de formação e de educação:

ninguém aprende, ninguém aspira, ninguém ensina

- a suportar a solidão.

Friedrich Nietzsche.

Por tudo o que foi dito, a educação, tal como a palavra, está sempre por vir. Para atingir os homens em suas entranhas, e não só em seus automatismos; para abrir-se àquilo que ela mesma nos proíbe, deve ser capaz, antes de tudo, de ser o próprio jogo das forças e o espaço das passagens. A educação sempre por vir é uma prática que não instrui nem adestra, que não prepara para a vida ou nos ajusta às suas exigências, mas que se sustenta sobre o círculo restrito que expande e que diz "não" ao que ela, enquanto tempo do projeto, desejaria instituir, excluir, predizer e enclausurar.

A educação que nunca faz ato de presença e que, por isso, permite que o presente flua, mostra-se alheia aos imperativos morais que tornam culpado quem lhe falte e absolve quem julga obedecê-la. Pois o que está por vir nunca pertence ao tempo em que as coisas devem colocar-se ao nosso alcance. Se a educação conserva ainda alguma dignidade há de ser pela força que faça para evitar que cada um de nós se apegue a todo custo ao Eu quero, ao Eu sei, ao Eu devo. A educação por vir não é um instrumento do Ego, esse verdugo dos corpos, esse vigilante insone, amo temeroso do poder — do gozo e da dor — dos corpos.

Fora, ou por baixo, do tempo do projeto, um tempo em fuga, o tempo dos corpos: "O corpo é o morrer da vida, sua linguagem. O corpo se vai, sempre se vai... Habitar esse ir-se, incorporá-lo, é

o prazer como resistência, jamais como abandono: é o gozo do que se pode. Ao mesmo tempo, o corpo é a marca da impossível fusão, a finitude, a contingência, a necessidade, a insatisfação constitutiva da linguagem feita de fomes. É essa palavra da morte que dá importância à vida, a festa e a alegria de viver como mortais nessa assembléia que falece no gozo de viver e que se sabe indo-se para vir".22

Definitivamente, só podemos nos afirmar na indecisão. Afirmar-nos nas sendas desse perigoso beduíno que é o pensamento incorporado ou o corpo pensante, aquele que, como a arte, "nos apresenta enigmas mas, felizmente, nenhum herói".23

Notas

- 1 Cf. FOUCAULT, Michel. Las palabras y las cosas. México: Siglo, 1986. p. 319.
- 2 Cf. PENSAR o tempo, pensar a tempo. Archipiélago. Cuadernos de crítica de la cultura, Barcelona, Esp., n. 10-11, 1992. p. 14.
- 3 Remeto, para o que se segue, ao primeiro capítulo de meu livro A Idéia do sagrado no fim da modernidade, a ser lançado pela Editorial I'lu, de Madri, Espanha.
- 4 Gianni VATTIMO assim formula essa situação: "Do ponto de vista da abertura do ser que pertence à humanidade da tardo-modernidade (...), a exigência de um princípio primeiro, que motiva e caracteriza a metafísica das épocas passadas, converte-se na exigência de uma 'noção' de ser que nos permita recompor um significado unitário da experiência na época da fragmentação, da especialização das linguagens científicas e das capacidades técnicas, do isolamento das esferas de interesses, da pluralidade dos papéis sociais de qualquer sujeito singular" (cf. Post-modernidad, tecnología, ontología, In: JARAUTA, F. (Ed.), Otra Mirada sobre la época. Cajamurcia, Murcia: Librería Yerba, 1994. p. 74. Colegio de Aparejadores y Arquitectos Técnicos. Ressalte-se aqui que o otimismo de VATTIMO em relação às "potencialidades emancipatórias" da tecnologia moderna — particularmente quando esta supera o paradigma mecânico e atinge o nível comunicativo ou informacional - é o que caracteriza sua postura acrítica, de todo modo conscientemente assumida, sobre a modernidade. A telemática, segundo a sua hipótese, produz um debilitamento do princípio de realidade, o qual impede o retorno — exorciza a tentação — de regimes autocráticos, totalitários, baseados naquilo que ele chama ontologias fortes. Para VATTIMO, a ontologia continua sendo indispensável ao pensamento do Ocidente, mesmo que seja para despedirmo-nos dignamente dela: "Continuamos precisando de uma ontologia, mesmo que somente para mostrar que a ontologia está fadada à dissolução", diz ele in loc. cit., p. 84.
- 5 Cf. CACCIARI, Massimo. El Huésped ingrato. In: JARAUTA, F. (Ed.), Otra Mirada..., op. cit., p. 104.
- 6 Cf. CURI, Umberto, Elogio de Epimeteo. In: JARAUTA, F. (Ed.), Otra Mirada..., op.cit., p. 134.
- 7 Esta é a conclusão do ensaio de CURI: será "epimetéico" o saber "que não abandone a tarefa de cultivar, no novo contexto copernicano, a basiliché techne da política, mas deixe que a dike pertença a Zeus". A busca de uma justiça gerida pelos homens só conduziu,para CURI, a uma guerra generalizada que sempre funcionou como essência do político no Ocidente.
- 8 Cf. MARRAMAO, G. Política y secularización. In: JARAUTA, F. (Ed.), Otra Mirada... op. cit., p. 137.
- 9 Cf. HEIDEGGER, M. La Época de la imagen del mundo. In: Caminos de bosque, Madri: Alianza, 1996, p. 75-109. A modernidade é o tempo no qual o conhecimento converte-se em objeto de pesquisa, a técnica se expande sem encontrar resistência, a arte transforma-se em estética, a ação humana é concebida enquanto cultura... e o deuses fogem (p. 75 e ss.) É a época

da desdivinização, acontecimento que é preciso situar no duplo –e solidário– processo de cristianização da imagem do mundo e de mundanização do cristianismo. No cristianismo, a relação com os deuses passa a ser encarada como uma vivência religiosa –e desse modo permanece indecisa a questão de deus e os deuses.

- 10 Cf. MARRAMAO, G. Política y secularización. In: JARAUTA, F. (Ed.), Otra Mirada..., op. cit., p. 141.
- 11 Hipermodernidade é um termo que parece preferível a pós-moder-nidade, uma vez que a época que designa "não se acha, em absoluto, numa relação de ruptura com o Moderno, mas sim de íntima continuidade (ainda que seja a de uma filha ilegítima)"; ld. ibid., p. 150.
- 12 ld. ibid., p. 157.
- 13 Cf. KANT, I. Qué es la Ilustración? In: ____. Filosofía de la Historia. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 25. Uma incapacidade culpável é, para KANT, a que deriva menos da estupidez do que da covardia. O uso da razão é, antes de tudo, uma questão de valor, de atrevimento: Sapere aude!
- 14 Cf. GIMBERNAT, J. A. Las Tareas inconclusas de la modernidad. In: JARAUTA, F. (Ed.) Otra Mirada sobre la época, op. cit., p. 162.
- 15 A referência obrigatória é a celebérrima Dialéctica de la Ilustración, de Adorno e Horkheimer; mas é necessário remeter também a MARCUSE, H. Razón y Revolución. Hegel y el surgimiento de la teoría social, Madri: Alianza, 1984.
- 16 Compreendem-se aí a "razão teórica", a "razão prática" e a "razão utópica" (GIMBERNAT, loc. cit., p. 172), últimos refinamentos de um projeto que, diante da impossibilidade de deixarde ser precisamente isso –um projeto–, repete de quando em vez a impossibilidade de pensar-se a si mesmo.
- 17 GIMBERNAT, op. cit., p. 169. O mal, para esta um tanto ou quanto superada defesa da Ilustração, é uma trindade: a brecha entre ricos e pobres; a possibilidade de abuso da energia nuclear; e a ameaça ao equilíbrio ecológico. Três figuras apocalípticas que só a modernidade pode conjurar, a despeito de certos "filósofos da pós-modernidade" que irritam por seu narcisismo e por sua desmaiada resignação. Cf., paralelamente, MARDONES, J. M. El Neo-conservadurismo de los posmodernos. In: En Torno a la posmodernidad. Barcelona: Anthropos, 1994. p. 21-38, que esgrime as mesmas teses –condenatórias de um Habermas que apenas soube domesticar a incômoda (em muitos sentidos) herança de Adorno: os pós-modernos nos deixam "em uma situação de indigência crítica e sem forças para resistir à invasão e ao domínio das estruturas e poderes contra os quais se quer lutar" (p. 32); o antídoto parece estar numa leitura mais naïve de W. Benjamin: "Somente relembrando a história do ponto-de-vista dos vencidos e mortos pela felicidade dos outros e exercitando a compaixão solidária, criaremos formas de vida plurais e mais humanas e nos preservaremos da trivialidade". (p. 38, grifos meus)
- 18 GIMBERNAT, J. A, loc. cit., p. 173: "As propostas da modernidade continuam sendo, em sua dimensão ética e política, as únicas que ainda têm vigor para ajudar o homem a se fazer dono de seu destino e não converter-se em vítima dele". (grifo meu) Para ser franco, as defesas contemporâneas do projeto moderno –quase todas provenientes, aberta ou discretamente, da social-democracia— são tecidas sobre a mesma tela rústica fornecida faz séculos pela exegética cristã.
- 19 "O comunismo 'cumpre', na história, a filosofia hegeliana da morte. E isso justamente na medida em que não quer reconhecê-la como problema. Na medida em que, em outras palavras, só se deseja filosofia –e prática– da vida, mais nada. Filosofia da morte da morte. Absoluta imanentização de uma vida total e indefinidamente humana", cf. ESPOSITO, R., Confines de lo Político: nueve pensamientos sobre política. Madri: Trotta, 1996. p. 91.

21 Cf. SINI, C. Pasar el Signo. Barcelona: Mondadori, 1987.

22 Cf. GABILONDO, A. El Porvenir del cuerpo. In: Huéspedes del porvenir. Madri: Cruce, 1997. p. 240.

23 Cf. BLANCHOT, M. No Cabe la posibilidad de un buen final. In: El Libro que vendrá, Caracas: Monte Avila, 1992. p. 36.

Questionário sobre a educação por vir

Pergunta: Em recente intervenção, num fórum sobre Perspectivas da Educação no Séc. XXI, o senhor fez uma série de objeções à "mania" de prever o futuro em geral, e o futuro da educação em particular. Em que sentido esses exercícios seriam inúteis ou nocivos?

Resposta: Não, o problema não é que sejam inúteis; é precisamente porque só procuram ser úteis que fazem com que se perca a perspectiva mais ampla em que se deveria pensar o problema da educação. As objeções que fiz não têm o sentido de impedir esses exercícios de prospectiva, mas sim o de aumentar e aprofundar seu alcance. Em outras palavras: não se trata de deixar de pensar no futuro, mas de compreender que é justamente a subordinação do presente ao futuro o que caracteriza em boa medida o mundo moderno.

Pergunta: O senhor sugeriu também que não só o futuro não existe (nem o passado), mas que nem mesmo o presente tem uma existência real. O que queria dizer com isso?

Resposta: O presente não existe no singular. Eu tomei uns versos de Mallarmé –"não existe um presente, não / –um presente não existe"– exatamente porque o que não existe é um tempo homogêneo, unitário, sempre fazendo ato de presença. O tempo presente é sempre plural porque está conformado pela ausência, pela fuga dos instantes, por sentidos e estruturas temporais simultâneas. A subordinação do presente ao futuro, então, significa que nos movemos em um horizonte que "achata" o presente e o converte em uma linha que necessariamente levará a determinado futuro. O que eu pretendi mostrar é que, se a educação ainda faz algum sentido, deve contribuir para libertar o presente do duplo peso morto: do passado, e do futuro.

Pergunta: Como se poderia caracterizar a época que estamos vivendo? Em que consiste nosso "presente"?

Resposta: Até agora temos vivido um tempo regido pela idéia de "projeto". O projeto é precisamente o que faz o futuro exercer o mando sobre os muitos presentes, os presentes que, a partir da ausência, lutam para chegar a ser, para poder ser, para poder "fazer-se presentes". O tempo do projeto é também o da técnica – e o da política. Não é segredo para ninguém que só é possível nos mantermos no presente graças à fabricação e venda de "projetos": projetos de desenvolvimento, de pesquisa, projetos de vida... Nada pode se sustentar se não obedecer às prescrições de algum projeto.

Pois bem: os tempos presentes proliferam de maneiras inesperadas, pondo em dúvida a hegemonia do tempo do projeto. Já não se trata de escolher entre "modelos" ou "projetos" diferentes, mas sim de perceber que há uma outra coisa que nenhum modelo e nenhum projeto pode conceber, e muito menos respeitar. Definitivamente, há um tempo que não é o do projeto. O "presente" converte-se, portanto, em algo muito difícil de se definir, e de manipular. E por isso existe tanta controvérsia sobre o nosso tempo – se ele é "moderno", "pós-moderno", "hipermoderno", ou se estamos entrando em uma "nova idade média". A verdade é que não sabemos o que seja o presente, por mais que se possam decifrar certos sinais do que está sucedendo.

Em termos gerais, talvez se possa dizer que o presente, em sua fugacidade, é a ruptura desse tempo homogêneo, abstrato e orientado que é o tempo que rege o mundo moderno da ciência e da política. Não é que nossos sonhos se devam realizar no futuro, mas que esse futuro prévisto e pré-meditado impede que possamos sonhar como nosso presente.

Pergunta: E como toda essa discussão poderia estar influindo no problema da educação? Pode-se prever como seria a educação no futuro?

Resposta: A questão não é se é possível, e como, prever o que será a educação. Isso é uma "realidade", não há dúvida. Os especialistas desenham cenários a partir do presente, e não se trata de esperar que eles se produzam no futuro, mas de influir na situação atual, manobrar dentro dela. Meu ponto de vista é que a educação está sempre por vir. Pode-se dizer como serão e como não deveriam ser as instituições educativas em que nossos filhos ou netos padecerão; isso, porém, não me parece nem um pouco relevante. A educação que procura adaptar as pessoas à sua comunidade, que lhes propicia ferramentas para "defender-se na vida" etc. é uma educação necessária, mas nem de longe é a mais interessante. O educativo, seguramente, nunca aparece no projeto educativo, nunca marca presença nas aulas, nos laboratórios ou nas bibliotecas. Um contexto só é educativo quando nem sequer se propõe a ser educativo. É a isso que me refiro com a idéia de que a educação está sempre "por vir". Porque, quando ela chegar, já terá deixado de ser educativa. O educativo, insisto, é a possibilidade de que o presente deixe de ser sufocado pelo peso do projeto.

Pergunta: Para terminar: o senhor acredita que o presente seja um tempo no qual possamos nos libertar do passado?

Resposta: O mundo moderno se sustenta sobre essa ilusão, a ilusão de que o peso do passado pode ser vencido pela vontade e pelo acordo, quer dizer, pela técnica e pelo consenso político. Talvez já nos tenhamos dado conta de que este é o mito básico da modernidade, mas isso não significa que, por ser um mito, e por já ter sido "desmascarado", vá deixar de funcionar como tem feito até agora. Não se pode dizer que o mundo moderno esteja concluído, que suas promessas tenham sido plenamente cumpridas. O que se pode dizer, sim, é que a modernidade chegou ao fim porque seus fins tornaram-se evidentes. O mundo moderno revelou sua essência, e isso permite – exige – a emergência de novas formas de relação. Dos homens entre si, claro, e dos homens com a natureza; mas também de cada indivíduo consigo mesmo, de cada sujeito com sua experiência da mortalidade e do tempo.

Já não se trata de nos "libertarmos" do passado, nem tampouco, neste caso, de nos libertarmos do "tempo do projeto". Talvez já nem se trate de uma "libertação", no sentido em que até hoje a entendíamos. Talvez seja a hora de aprendermos a abraçar tudo aquilo que nos ensinaram a rechaçar – começando pela morte, a solidão, a dor, a desesperança...

Libertar-nos do passado, talvez, mas apenas para libertar-nos de tudo o que fez de nossa existência algo reprovável e pecaminoso, algo de que todos, do sacerdote ao cientista e ao político conciliador, pretenderam "nos libertar". É nesse mesmo sentido que é preciso que nos libertemos do futuro, porque é a imagem invertida de um tempo que não nos deixa em paz com nossa desolação, nossa falta de garantias, nossa incredulidade, nossa estranheza diante da existência, nosso apego às coisas que se extinguem... Libertar-nos, sim, mas acima de tudo daqueles que nos oferecem essa servidão disfarçada de liberdade em troca de nossas vidas irreparáveis e de nossas injustificáveis mortes.

1 Entrevista do A. ao programa de TV Sin Límite, produzido pela Universidad Autónomade Zacatecas e exibido em 05.09.98.